

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	3.753.913	3.532.694
1.01	Ativo Circulante	441.993	277.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	284.004	127.577
1.01.03	Contas a Receber	144.761	124.609
1.01.03.01	Clientes	144.761	124.609
1.01.03.01.01	Contas a receber	8.027	6.811
1.01.03.01.02	Contas a receber de Partes Relacionadas	136.734	117.798
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.632	5.546
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.632	5.546
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.391	6.039
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.205	13.299
1.01.08.03	Outros	5.205	13.299
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	478	8.572
1.02	Ativo Não Circulante	3.311.920	3.255.624
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.040.558	953.473
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.099	1.179
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	681	352
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	681	352
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.038.778	951.942
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.733	2.239
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	988.890	883.236
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	47.137	66.467
1.02.01.09.08	Outros Créditos	18	0
1.02.03	Imobilizado	112.281	119.374
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	93.466	100.710
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.815	18.664
1.02.04	Intangível	2.159.081	2.182.777
1.02.04.01	Intangíveis	2.159.081	2.182.777

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	3.753.913	3.532.694
2.01	Passivo Circulante	867.546	477.213
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.284	16.868
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.676	1.958
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.608	14.910
2.01.02	Fornecedores	27.621	28.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.621	28.797
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	190
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.322	129.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.284	120.526
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	83.284	120.526
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.022	8.706
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.022	8.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	584.764	208.817
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.390	45.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.390	45.413
2.01.04.02	Debêntures	539.374	163.404
2.01.05	Outras Obrigações	99.747	72.299
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.973	15.523
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	25.973	15.523
2.01.05.02	Outros	73.774	56.776
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.587	2.519
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.933	2.853
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	68.254	51.404
2.01.06	Provisões	44.808	21.010
2.01.06.02	Outras Provisões	44.808	21.010
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	44.808	21.010
2.02	Passivo Não Circulante	2.125.572	2.468.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.674.866	2.007.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.856	52.682
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.856	52.682
2.02.01.02	Debêntures	1.656.010	1.954.657
2.02.02	Outras Obrigações	282.370	283.323
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217
2.02.02.02	Outros	13.153	14.106
2.02.03	Tributos Diferidos	120.844	135.261
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.844	135.261
2.02.04	Provisões	47.492	42.773
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.492	42.773
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.090	4.864
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.896	4.470
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.993	1.880
2.02.04.01.05	Provisão de Manutenção	20.513	31.559
2.03	Patrimônio Líquido	760.795	586.785
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	82.785	340.035
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.435	196.685
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	94.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	431.260	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	500.707	1.439.541	523.815	1.524.114
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-157.396	-476.432	-179.462	-542.607
3.02.01	Custo de construção	-15.585	-69.406	-47.810	-181.135
3.02.02	Provisão de manutenção	-8.606	-23.753	-6.034	-16.639
3.02.03	Depreciação e amortização	-41.083	-114.293	-34.657	-91.436
3.02.04	Custo da outorga	-47.492	-139.535	-46.598	-135.144
3.02.05	Serviços	-17.393	-50.879	-21.810	-51.931
3.02.06	Custo com pessoal	-16.086	-46.390	-14.886	-44.505
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.071	-12.056	-4.055	-11.696
3.02.08	Outros	-7.080	-20.120	-3.612	-10.121
3.03	Resultado Bruto	343.311	963.109	344.353	981.507
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.782	-86.612	-28.801	-79.950
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.972	-86.891	-28.782	-79.473
3.04.02.01	Serviços	-12.805	-39.262	-13.002	-39.205
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-1.137	-3.300	-1.084	-3.145
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-4.695	-15.140	-6.096	-17.658
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-203	-661	-716	-1.590
3.04.02.05	Outros	-17.132	-28.528	-7.884	-17.875
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	568	1.061	38	406
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-378	-782	-57	-883
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	307.529	876.497	315.552	901.557
3.06	Resultado Financeiro	-76.028	-226.371	-49.699	-132.297
3.06.01	Receitas Financeiras	38.719	168.601	10.691	88.831
3.06.02	Despesas Financeiras	-114.747	-394.972	-60.390	-221.128
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	231.501	650.126	265.853	769.260
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.269	-218.866	-89.402	-259.660
3.08.01	Corrente	-84.173	-233.283	-89.736	-238.610
3.08.02	Diferido	5.904	14.417	334	-21.050

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	153.232	431.260	176.451	509.600
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	153.232	431.260	176.451	509.600
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,87561	2,46434	1,00829	2,91200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,87561	2,46434	1,00829	2,91200

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	153.232	431.260	176.451	509.600
4.03	Resultado Abrangente do Período	153.232	431.260	176.451	509.600

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	654.680	596.108
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	818.726	788.207
6.01.01.01	Lucro líquido do período	431.260	509.600
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-14.417	21.050
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	3.547	3.546
6.01.01.04	Depreciação e amortização	117.593	94.581
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e intangível	782	879
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	0	20.655
6.01.01.09	Juros e variações monetárias s/ debêntures, financiamentos e arrendamento mercantil	243.530	140.041
6.01.01.10	Capitalização de custos dos empréstimos	-8.479	-23.452
6.01.01.11	Resultado de operações com derivativos e valor justo s/ debentures (fair value option)	-25.833	-3.930
6.01.01.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	17.841	6.023
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	23.753	16.639
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.165	1.719
6.01.01.15	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-1.675	856
6.01.01.16	Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	26.659	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-164.046	-192.099
6.01.02.01	Contas a receber	459	-2.255
6.01.02.02	Contas a receber - Partes Relacionadas	-19.265	-34.789
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-1.086	-1.474
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	12.310	-2.830
6.01.02.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-109.201	-99.541
6.01.02.07	Fornecedores	-461	22.825
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	6.739	-10.952
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.416	786
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão de Imposto de Renda e Contr. Social	224.533	209.988
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-261.443	-269.535
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	68	192
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-15.166	-882
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-873	-445
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-2.076	-3.187
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.398	-218.956
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-12.806	-12.795
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-73.592	-206.161
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-411.855	-467.682
6.03.02	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (pagamentos de principal)	-33.867	-61.011
6.03.03	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (pagamentos de juros)	-129.796	-102.144
6.03.05	Liquidação de Operações com derivativos	25.620	-14.027
6.03.07	Dividendos pagos	-257.250	-290.500

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.03.08	Mútuos com partes relacionadas - pagamentos	-16.562	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	156.427	-90.530
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.577	95.492
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	284.004	4.962

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	431.260	0	431.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	431.260	0	431.260
5.07	Saldos Finais	246.750	0	82.785	431.260	0	760.795

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-290.500	0	0	-290.500
5.04.06	Dividendos	0	0	-290.500	0	0	-290.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.600	0	509.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.600	0	509.600
5.07	Saldos Finais	246.750	0	133.159	509.600	0	889.509

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.01	Receitas	1.561.546	1.658.960
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.536.912	1.613.168
7.01.02	Outras Receitas	24.634	45.792
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-243.118	-329.589
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-80.851	-72.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.108	-59.431
7.02.04	Outros	-93.159	-197.774
7.02.04.01	Custo de construção	-69.406	-181.135
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-23.753	-16.639
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.318.428	1.329.371
7.04	Retenções	-117.593	-94.581
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-117.593	-94.581
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.200.835	1.234.790
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	168.601	88.831
7.06.02	Receitas Financeiras	168.601	88.831
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.369.436	1.323.621
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.369.436	1.323.621
7.08.01	Pessoal	53.910	55.214
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.826	38.280
7.08.01.02	Benefícios	13.847	13.656
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.136	2.061
7.08.01.04	Outros	1.101	1.217
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	341.061	379.557
7.08.02.01	Federais	266.622	306.708
7.08.02.02	Estaduais	241	236
7.08.02.03	Municipais	74.198	72.613
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	543.205	379.250
7.08.03.01	Juros	402.711	243.202
7.08.03.02	Aluguéis	959	904
7.08.03.03	Outras	139.535	135.144
7.08.03.03.01	Direito de outorga	139.535	135.144
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	431.260	509.600
7.08.04.02	Dividendos	0	113.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	431.260	396.100

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Julho a Setembro/2015

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T14.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 485,1 milhões (+1,9%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 317,3 milhões (-1,7%) e a margem EBIT ajustada 65,4% (- 2,4 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 359,5 milhões (+0,3%) e a margem EBITDA ajustada 74,1% (-1,2 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 153,2 milhões (-13,2%);

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var. %</b>
Receita Líquida Operacional*	485,1	476,0	1,9%
EBIT (ajustado)	317,3	322,8	-1,7%
Margem EBIT (ajustada)	65,4%	67,8%	-2,4 p.p.
EBITDA (ajustado)	359,5	358,5	0,3%
Margem EBITDA (ajustada)	74,1%	75,3%	-1,2 p.p.
Lucro Líquido	153,2	176,5	-13,2%

\* Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var. %</b>
Veículos de Passeio (Eq)	31.755.780	31.564.556	0,6%
Veículos Comerciais (Eq)	39.118.699	40.219.704	-2,7%
Veículos Equivalentes	70.874.479	71.784.260	-1,3%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Tráfego consolidado (-1,3%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de 1,3% sobre o mesmo período de 2014.

## Comentário do Desempenho

### Veículos de passeio (+0,6%)

A categoria apresentou crescimento de 0,6% no 3T15 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### Veículos comerciais (-2,7%)

A categoria apresentou uma redução de 2,7% no 3T15 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	519.388	509.851	1,9%
Receitas Acessórias	6.066	5.843	3,8%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>525.454</b>	<b>515.694</b>	<b>1,9%</b>

#### Receita de construção

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
Total	15.585	47.810	-67,4%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAn, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 3T15 o volume de investimentos realizados pela companhia deve-se principalmente à implantação da 3ª faixa na Rodovia Anhanguera no Km 19+500 ao 20+600 e no km 120 ao 147, enquanto que no 3T14 deve-se à implantação das vias Marginais na Rodovia Anhanguera na região de Campinas, da implantação da 3ª faixa na Rodovia Anhanguera do km 120 ao 147 e da implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

#### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T15 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 1,9% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo reajuste da tarifa em julho/15.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 1,6% no 3T15, em relação ao 3T14, totalizando o valor de R\$ 40,3 milhões.

## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
Custo de Construção	15.585	47.810	-67,4%
Provisão de Manutenção	8.606	6.034	42,6%
Depreciação e Amortização	42.220	35.741	18,1%
Custo da Outorga	47.492	46.598	1,9%
Serviços de Terceiros	30.198	34.812	-13,3%
Pessoal	20.781	20.982	-1,0%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.274	4.771	-10,4%
Outros	24.212	11.496	110,6%
<b>Custos Totais</b>	<b>193.368</b>	<b>208.244</b>	<b>-7,1%</b>

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram uma redução de 7,1% no 3T15, alcançando o valor de R\$ 193,4 milhões.

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram uma redução de 67,4% no 3T15 comparado ao 3T14. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu um aumento de 42,6% no 3T15, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 3T15, em comparação ao 3T14 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 4T14 e o 2T15.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2015.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 3T15 estão 13,3% inferiores ao 3T14, principalmente em razão de variação nos serviços de custo direto.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 3T15 estão 10,4% inferiores ao 3T14.

**Outros:** Os valores do 3T15 estão 110,6% superiores ao 3T14, principalmente pelo aumento na provisão para contingências jurídicas.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	153,2	176,5	-13,2%
(+) IR/CS	78,3	89,4	-12,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	76,0	49,7	52,9%
(+) Depreciação e Amortização	42,2	35,7	18,2%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>349,7</b>	<b>351,3</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>69,8%</b>	<b>67,1%</b>	<b>2,7 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	8,6	6,0	43,3%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>359,5</b>	<b>358,5</b>	<b>0,3%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>74,1%</b>	<b>75,3%</b>	<b>-1,2 p.p.</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	153,2	176,5	-13,2%
(+) IR/CS	78,3	89,4	-12,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	76,0	49,7	52,9%
<b>EBIT (a)</b>	<b>307,5</b>	<b>315,6</b>	<b>-2,6%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>61,4%</b>	<b>60,3%</b>	<b>1,2 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	8,6	6,0	43,3%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>317,3</b>	<b>322,8</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Margem EBIT ajustada (d)</b>	<b>65,4%</b>	<b>67,8%</b>	<b>-2,4 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>114,7</b>	<b>60,4</b>	<b>89,9%</b>
Juros e Variações Monetárias	72,4	43,5	66,4%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	9,9	0,0	0,0%
Juros sobre impostos parcelados	0,0	7,1	-100,0%
Valor justo sobre debêntures	7,5	7,2	4,2%
Perda com operações de derivativos	24,9	5,1	388,2%
Outras despesas financeiras	0,0	-2,5	-100,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-38,7</b>	<b>-10,7</b>	<b>261,7%</b>
Rendimento sobre aplicações Financ	-6,9	-1,3	430,8%
Valor Justo de dívida ( <i>fair value option</i> )	-27,4	-5,5	398,2%
Ganho com operações de derivativos	-3,7	-1,8	105,6%
Outras receitas financeiras	-0,7	-2,1	-66,7%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>76,0</b>	<b>49,7</b>	<b>52,9%</b>

O item de Despesas Financeiras no 3T15 está 89,9% superior quando comparado ao 3T14, principalmente pela contratação, em outubro de 2014, de nova dívida e pela variação dos indexadores das dívidas.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – 4ª emissão de debêntures, série 2) para 88,95% do CDI. Em 17 de outubro de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa de 4,88% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – 5ª emissão de debêntures) para 98,00% do CDI. Em 27 de outubro de 2014, a Companhia contratou operações de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 5,428% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – parte da 6ª emissão de debêntures) para 98,90% do CDI (R\$ 100 milhões), para 97,65% do CDI (R\$ 100 milhões) e para 97,85% do CDI (R\$ 50 milhões). Em 26 de março de 2015, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 5,428% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – parte da 6ª emissão de debêntures) para 94,86% do CDI (R\$ 130,106 milhões).

No dia 11 de junho, a Companhia realizou a reversão da operação de derivativo firmada em maio de 2013, a uma taxa de 88,75% do CDI, por meio de uma nova operação a 71,80% do CDI. Na mesma data, a operação de derivativo firmada em outubro de 2013 também foi revertida, de uma taxa de 98,00% do CDI para uma nova operação a 88,75% do CDI.

## 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

## Comentário do Desempenho

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.547	1.675	-7,6%
Total de vítimas	937	938	-0,1%

**A Diretoria.**

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
  - Recuperação do trevo do km 62. (a)
  
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;

## Notas Explicativas

c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Neste período não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

### Outras informações relevantes

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, ocorreram as seguintes alterações nos processos:

#### Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a CCR AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da Artesp, e julgado improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou embargos de declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAN apresentou recurso de apelação no dia 05 de outubro de 2015, suspendendo os efeitos da sentença. No recurso de apelação a AutoBAN, em síntese, alegou cerceamento de defesa pela não realização de prova pericial técnica e, no mérito, violação às disposições expressas do contrato de concessão. Aguarda-se a intimação da Artesp e do Estado de São Paulo para a apresentação de resposta ao recurso de apelação.

#### Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado que foi celebrado, em 15 de dezembro de 2011, o TAM nº 25/2011 ao Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 com a ARTESP.

Referido TAM tinha como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão

## Notas Explicativas

contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPC-A).

Em 29 de junho de 2015 foi celebrado Termo de Retirratificação ao TAM celebrado, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPC-A, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no Anexo 4 do Edital de Licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio será realizado a cada dois anos (bienal), considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. O primeiro de tais processos administrativos dirá respeito ao biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015 e deverá ser instaurado em 2015.

### Reajuste de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014, a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, visando à aplicação do índice previsto no respectivo contrato de concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAn, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAn foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP.

### Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e as novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de outubro de 2015.

### 2. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### 3. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 4. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 425.553, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 13. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	5.884	6.070
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>278.120</u>	<u>121.507</u>
	<u>284.004</u>	<u>127.577</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,86% do CDI, equivalente a 13,07% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

**Notas Explicativas****6. Contas a receber**

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.669	3.332
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>6.788</u>	<u>5.584</u>
	8.457	8.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(430)</u>	<u>(2.105)</u>
	<u>8.027</u>	<u>6.811</u>

**Idade de vencimentos dos títulos em aberto**

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	7.704	6.569
Créditos vencidos até 60 dias	283	194
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	40	48
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	203	111
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>227</u>	<u>1.994</u>
	<u>8.457</u>	<u>8.916</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

## Notas Explicativas

### 7. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	231.501	650.126	265.853	769.260
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(78.710)	(221.043)	(90.390)	(261.548)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(67)	(314)	(77)	244
Despesas indedutíveis	(268)	(1.249)	(1.089)	(1.151)
Incentivos fiscais relativos ao imposto de renda	818	3.921	1.901	2.801
Outros ajustes tributários	(42)	(181)	253	(6)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(78.269)</u>	<u>(218.866)</u>	<u>(89.402)</u>	<u>(259.660)</u>
Impostos correntes	(84.173)	(233.283)	(89.736)	(238.610)
Impostos diferidos	5.904	14.417	334	(21.050)
	<u>(78.269)</u>	<u>(218.866)</u>	<u>(89.402)</u>	<u>(259.660)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

#### b. Impostos diferidos

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Bases ativas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	121.690	123.651
Valor justo de operações com derivativos	68.299	35.774
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	9.172	3.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146	2.237
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.183	1.756
Perdas em operações com derivativos	1.638	-
Outros	4.109	1.854
	<u>206.237</u>	<u>169.084</u>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(237.414)	(248.998)
Valor justo de operações com derivativos	(80.988)	(39.122)
Ganho de operações com derivativos	(6.726)	(14.356)
Outros	(1.953)	(1.869)
	<u>(327.081)</u>	<u>(304.345)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(120.844)</u>	<u>(135.261)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

## Notas Explicativas

### 8. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>				
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				

  

	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Não Circulante	<u>48.451</u>	<u>51.998</u>	<u>940.439</u>	<u>831.238</u>	<u>988.890</u>	<u>883.236</u>

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa pela extensão do prazo de concessão (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	<u>01/07/2015 a 30/09/2015</u>			<u>01/01/2015 a 30/09/2015</u>			
	<u>Transações</u>			<u>Transações</u>			
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Serviços prestados</u>	<u>Receitas</u>	<u>Intangível</u>	<u>Despesas financeiras</u>
<b>Controladora</b>							
CCR (a)	5.443	-	-	16.328	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>							
CPC (b)	7.647	-	-	22.706	-	-	-
RodoAnel Oeste (c)	-	-	(9.921)	-	-	-	(26.659)
Serveng Cívilsan (d)	-	-	-	-	-	6.577	-
Oi Móvel S.A (f)	-	46	-	-	46	-	-
Samm (e)	-	591	-	-	1.784	-	-
Total, 30 de setembro de 2015	<u>13.090</u>	<u>637</u>	<u>(9.921)</u>	<u>39.034</u>	<u>1.830</u>	<u>6.577</u>	<u>(26.659)</u>
Total, 30 de setembro de 2014	<u>13.206</u>	<u>219</u>	<u>-</u>	<u>39.063</u>	<u>657</u>	<u>25.149</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas**

	<b>30/09/2015</b>		
	<b>Saldos</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
	<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>	<b>Mútuos</b>
<b>Controladora</b>			
CCR (a)	11	1.703	-
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC (b)	382	2.397	-
RodoAnel Oeste (c)	-	8	285.231
RodoNorte (g)	-	1	-
Serveng Cívilisan (d)	-	5.804	-
Samm (e)	1.738	45	-
Oi Móvel S.A (f)	5	-	-
SPVias (g)	3	1	-
ViaOeste (g)	1	-	-
CGMP (h)	135.275	-	-
Total circulante, 30 de setembro de 2015	136.734	9.959	16.014
Total não circulante, 30 de setembro de 2015	681	-	269.217
Total, 30 de setembro de 2015	137.415	9.959	285.231
Total, 31 de dezembro de 2014	118.150	9.606	275.134

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<b>30/09/2015</b>	<b>31/12/2014</b> (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (i) (j)	956	992

**Despesas com profissionais chave da administração:**

	<b>01/07/2015 a</b> <b>30/09/2015</b>	<b>01/01/2015 a</b> <b>30/09/2015</b>	<b>01/07/2014 a</b> <b>30/09/2014</b> (Reapresentado)	<b>01/01/2014 a</b> <b>30/09/2014</b> (Reapresentado)
<b>Remuneração: (i) (j)</b>				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	508	1.466	642	1.348
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	268	1.368	200	1.544
Previdência privada	28	103	45	137
Seguro de vida	1	4	1	4
	805	2.941	888	3.033

- a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados no 1º dia útil de cada mês;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

## Notas Explicativas

- c) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- f) Contrato de uso da faixa de domínio rodoviário para implantação de cabo telefônico subterrâneo, prazo de vigência indeterminado, com reajuste dos valores com base no IGP-M aplicado no mesmo período do reajuste da tarifa de pedágio, o vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas;
- g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- h) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia nos meses subsequentes;
- i) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- j) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

### 10. Ativo imobilizado

	Taxa média ponderada anual de depreciação %	30/09/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.092	(1.431)	1.661	3.121	(1.313)	1.808
Máquinas e equipamentos	13	42.454	(17.674)	24.780	37.640	(15.033)	22.607
Veículos	23	16.701	(7.818)	8.883	16.417	(7.818)	8.599
Equipamentos operacionais	17	133.064	(74.922)	58.142	128.525	(60.829)	67.696
Imobilizações em andamento	-	18.815	-	18.815	18.664	-	18.664
		<u>214.126</u>	<u>(101.845)</u>	<u>112.281</u>	<u>204.367</u>	<u>(84.993)</u>	<u>119.374</u>

**Notas Explicativas****Movimentação do custo**

	<b>31/12/2014</b>		<b>30/09/2015</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências (a)</b>	<b>Saldo final</b>
Móveis e utensílios	3.121	16	(53)	8	3.092
Máquinas e equipamentos	37.640	-	(383)	5.197	42.454
Veículos	16.417	-	(2.951)	3.235	16.701
Equipamentos operacionais	128.525	-	(138)	4.677	133.064
Imobilizações em andamento	18.664	14.095	-	(13.944)	18.815
	<u>204.367</u>	<u>14.111</u>	<u>(3.525)</u>	<u>(827)</u>	<u>214.126</u>
	<b>31/12/2013</b>		<b>30/09/2014</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências (a)</b>	<b>Saldo final</b>
Movimento em 2014	<u>234.340</u>	<u>13.928</u>	<u>(5.278)</u>	<u>1.306</u>	<u>244.296</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.305 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 1.133 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2015 foi de 0,66% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,67% a.m. no período de nove meses de 2014.

**Movimentação da depreciação**

	<b>31/12/2014</b>		<b>30/09/2015</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências (a)</b>	<b>Saldo final</b>
Móveis e utensílios	(1.313)	(156)	38	-	(1.431)
Máquinas e equipamentos	(15.033)	(3.312)	215	456	(17.674)
Veículos	(7.818)	(2.404)	2.404	-	(7.818)
Equipamentos operacionais	(60.829)	(13.680)	86	(499)	(74.922)
	<u>(84.993)</u>	<u>(19.552)</u>	<u>2.743</u>	<u>(43)</u>	<u>(101.845)</u>
	<b>31/12/2013</b>		<b>30/09/2014</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências (a)</b>	<b>Saldo final</b>
Movimento em 2014	<u>(109.327)</u>	<u>(17.728)</u>	<u>4.399</u>	<u>(695)</u>	<u>(123.351)</u>

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## Notas Explicativas

### 11. Ativo intangível

	Taxa média ponderada anual de amortização %	30/09/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	2.963.500	(808.165)	2.155.335	2.890.180
Direitos de uso de sistemas informatizados	23	9.563	(6.853)	2.710	8.604	(5.843)	2.761
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.266	(4.230)	1.036	5.266	(3.707)	1.559
		<u>2.978.329</u>	<u>(819.248)</u>	<u>2.159.081</u>	<u>2.904.050</u>	<u>(721.273)</u>	<u>2.182.777</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

#### Movimentação do custo

	31/12/2014		30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.890.180	73.475	-	(155)	2.963.500
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.604	-	(23)	982	9.563
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	-	5.266
	<u>2.904.050</u>	<u>73.475</u>	<u>(23)</u>	<u>827</u>	<u>2.978.329</u>

  

	31/12/2013		30/09/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>2.663.091</u>	<u>206.390</u>	<u>(1.306)</u>	<u>2.868.175</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.174 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 22.319 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2015 foi de 0,66% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,67% a.m. no período de nove meses de 2014.

#### Movimentação da amortização

	31/12/2014		30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(711.723)	(96.485)	-	43	(808.165)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.843)	(1.033)	23	-	(6.853)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.707)	(523)	-	-	(4.230)
	<u>(721.273)</u>	<u>(98.041)</u>	<u>23</u>	<u>43</u>	<u>(819.248)</u>

  

	31/12/2013		30/09/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>(614.132)</u>	<u>(76.853)</u>	<u>695</u>	<u>(690.290)</u>

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Do montante de R\$ 2.963.500 em 30 de setembro de 2015, R\$ 95.059 (R\$ 210.991 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários.

## Notas Explicativas

### 12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2015	Vencimento Final	30/09/2015	31/12/2014
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	19	Fevereiro de 2017	58.611	89.500 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	5.528	8.444 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	107	151 (c)
<b>Total em moeda nacional</b>				19		<u>64.246</u>	<u>98.095</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos						45.407	45.445
Custos de transação						(17)	(32)
						<u>45.390</u>	<u>45.413</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos						18.858	52.695
Custos de transação						(2)	(13)
						<u>18.856</u>	<u>52.682</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

#### Garantias:

- (b) Fiança bancária  
(c) Bens financiados

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2015</u>
2016	11.300
2017	<u>7.558</u>
	<u>18.858</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

## Notas Explicativas

### 13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		Vencimento final	30/09/2015	31/12/2014
				30/09/2015	31/12/2014			
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	1.319	Setembro de 2017	969.768	967.824 (e)	
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	276	Outubro de 2017	155.004	142.670 (e)	
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.147	5.663	Outubro de 2018	495.344	465.385 (e)	
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,2831% (a)	7.650	6.255	Outubro de 2019	385.327	241.183 (e)	
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	189.641	300.999 (e)	
<b>Total geral</b>				13.513		<u>2.195.084</u>	<u>2.118.061</u>	
						<b>30/09/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	
<b>Circulante</b>								
Debêntures						543.812	168.280	
Custos de transação						<u>(4.438)</u>	<u>(4.876)</u>	
						<u>539.374</u>	<u>163.404</u>	
<b>Não Circulante</b>								
Debêntures						1.665.085	1.966.780	
Custos de transação						<u>(9.075)</u>	<u>(12.123)</u>	
						<u>1.656.010</u>	<u>1.954.657</u>	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

#### Garantias:

- (e) Não existem garantias.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2015</u>
2016	120.625
2017	512.762
2018	476.213
2019	<u>555.485</u>
	<u>1.665.085</u>

## Notas Explicativas

As condições e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2014 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

### 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2014		30/09/2015			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	1.880	2.338	(1.001)	(618)	394	2.993
Trabalhistas e previdenciários	4.470	1.481	(668)	(616)	229	4.896
Tributários	4.864	14.015	-	-	211	19.090
	<u>11.214</u>	<u>17.834</u>	<u>(1.669)</u>	<u>(1.234)</u>	<u>834</u>	<u>26.979</u>
	31/12/2013		30/09/2014			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	
Movimento em 2014	<u>6.826</u>	<u>3.481</u>	<u>(1.074)</u>	<u>(1.247)</u>	<u>1.676</u>	<u>9.662</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 534 e R\$ 308, respectivamente (R\$ 768 e R\$ 1.172, respectivamente em 30 de setembro de 2014).

Neste trimestre, após reavaliar os respectivos prognósticos em face da evolução das respectivas discussões no âmbito do Poder Judiciário a Companhia registrou provisão relativa a determinadas questões tributárias vinculadas à apuração do ISSQN sobre a arrecadação de pedágio (do total provisionado, R\$ 13.410 se refere a uma divergência específica relativa à fase de transição para a Lei Complementar nº 116/03). Os processos permanecem em discussão, inexistindo decisão definitiva sobre os mesmos.

## Notas Explicativas

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativo	10.423	6.675
Trabalhistas e previdenciários	2.817	2.199
Tributárias	<u>615</u>	<u>695</u>
	<u>13.855</u>	<u>9.569</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 82.261 para os processos tributários em andamento, os quais são considerados como de risco remoto.

### 15. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/09/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	21.010	11.887	1.810	(15.166)	25.267	44.808
Não circulante	31.559	11.866	2.355	-	(25.267)	20.513
Total	<u>52.569</u>	<u>23.753</u>	<u>4.165</u>	<u>(15.166)</u>	<u>-</u>	<u>65.321</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>30/09/2014</u>			
Circulante	1.835	1.161	110	(882)	1.684	3.908
Não circulante	15.720	15.478	1.609	-	(1.684)	31.123
Total	<u>17.555</u>	<u>16.639</u>	<u>1.719</u>	<u>(882)</u>	<u>-</u>	<u>35.031</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14% e 12,29%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 16. Patrimônio Líquido

#### a) Dividendos

Em 28 de abril de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R\$ 94.000, correspondentes a R\$ 0,54 por ação e, distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 65.250, correspondentes a R\$ 0,37 por ação, à conta de Reserva de Retenção de Lucros, com pagamento em 29 de abril de 2015.

Em 28 de maio de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R\$ 98.000, correspondentes a R\$ 0,56 por ação, à conta de Reserva de Retenção de Lucros, com pagamento em 29 de maio de 2015.

## Notas Explicativas

### b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	153.232	431.260	176.451	509.600
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,87561</u>	<u>2,46434</u>	<u>1,00829</u>	<u>2,91200</u>

### 17. Receitas

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
Receitas de pedágio	519.388	1.465.732	509.851	1.432.033
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	15.585	69.406	47.810	181.135
Receitas acessórias	6.066	17.929	5.843	22.340
<b>Receita bruta</b>	<u>541.039</u>	<u>1.553.067</u>	<u>563.504</u>	<u>1.635.508</u>
Impostos sobre receitas	(40.331)	(113.524)	(39.680)	(111.382)
Abatimentos	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(9)</u>	<u>(12)</u>
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(40.332)</u>	<u>(113.526)</u>	<u>(39.689)</u>	<u>(111.394)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>500.707</u>	<u>1.439.541</u>	<u>523.815</u>	<u>1.524.114</u>

### 18. Resultado financeiro

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(54.803)	(151.327)	(38.649)	(110.405)
Varição monetária sobre financiamentos e debêntures	(17.555)	(92.203)	(4.839)	(30.850)
Juros sobre mútuos	(9.921)	(26.659)	-	-
Perda com operações de derivativos	(24.911)	(93.584)	(5.093)	(41.192)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	(7.074)	(20.655)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.395)	(4.165)	(706)	(1.719)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.399	8.479	4.195	23.452
Valor justo sobre debêntures ( <i>fair value option</i> )	(7.531)	(31.590)	(7.203)	(35.627)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(1.030)</u>	<u>(3.923)</u>	<u>(1.021)</u>	<u>(4.132)</u>
	<u>(114.747)</u>	<u>(394.972)</u>	<u>(60.390)</u>	<u>(221.128)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(a)</b>	<b>(a)</b>		
Ganho com operações de derivativos	3.712	83.024	1.824	53.141
Valor justo sobre debêntures ( <i>fair value option</i> )	27.362	67.983	5.502	27.608
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.915	15.815	1.271	5.144
Juros e outras receitas financeiras	730	1.779	880	1.724
Varição monetária sobre financiamentos e debêntures	-	-	1.214	1.214
	<u>38.719</u>	<u>168.601</u>	<u>10.691</u>	<u>88.831</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(76.028)</u>	<u>(226.371)</u>	<u>(49.699)</u>	<u>(132.297)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 335.

## Notas Explicativas

### 19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

	30/09/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	278.120	-	-	121.507	-	-
Contas a receber	-	8.027	-	-	6.811	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	137.415	-	-	118.150	-
Contas a receber - operações com derivativos	47.137	-	-	66.467	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(64.246)	-	-	(98.095)
Debêntures (a)	(1.035.675)	-	(1.159.409)	(849.238)	-	(1.268.823)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(43.707)	-	-	(45.946)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.959)	-	-	(9.606)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(285.231)	-	-	(275.134)
Contas a pagar - operações com derivativos	(68.254)	-	-	(51.404)	-	-
	<u>(778.672)</u>	<u>145.442</u>	<u>(1.562.552)</u>	<u>(712.668)</u>	<u>124.961</u>	<u>(1.697.604)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

**Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Debêntures (a) (b)	1.160.728	1.161.265	1.271.044	1.280.689

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

## Notas Explicativas

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras	278.120	121.507
Debêntures	(1.035.675)	(849.238)
Derivativos	(21.117)	15.063

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

Swap	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor Justo		Valores Brutos Líquidados		Resultado					
					Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local			
					30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Posição ativa	Merrill Lynch	11/06/2015	16/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% 71,80% do CDI	163.122	-	154.812 (155.731)	-	-	-	8.619	-	-	-	-	
Posição passiva																
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% 88,75% do CDI	514.070	-	497.176 (511.385)	-	-	-	16.730	-	-	-	(14.209)	
Posição passiva																
Posição ativa	Votontim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% 98,90% do CDI	100.000	100.000	104.502 (105.481)	99.432 (101.462)	2.640	-	6.497	3.732	(7.476)	(5.762)	(1.589)	
Posição passiva																
Posição ativa	Votontim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% 97,65% do CDI	100.000	100.000	104.502 (104.828)	99.432 (100.886)	(2.571)	-	6.978	4.167	(7.304)	(5.621)	(1.443)	
Posição passiva																
Posição ativa	Votontim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% 97,85% do CDI	50.000	50.000	52.251 (52.466)	49.716 (50.489)	(1.291)	-	3.451	2.049	(3.666)	(2.822)	(733)	
Posição passiva																
Posição ativa	Votontim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% 94,86% do CDI	130.106	-	130.025 (134.494)	-	(398)	-	4.882	-	(9.331)	-	(4.867)	
Posição passiva																
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2015</b>					1.057.298	250.000	(21.117)	(4.257)	(6.900)	-	47.137	9.948	(68.254)	(14.205)	(23.760)	
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014</b>					-	-	-	19.320	32.520	(30.328)	-	56.519	-	(37.199)	13.200	
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>					-	-	(21.117)	15.063	25.620	(30.328)	47.137	66.467	(68.254)	(51.404)	(10.560)	11.949

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Riscos de juros	<u>(10.560)</u>	<u>11.949</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2016.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	168.161	(20.734)	(24.793)	(28.851)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	535.086	(77.785)	(90.845)	(103.905)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	607.963	(89.408)	(103.708)	(118.008)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(167.742)	20.845	24.929	29.013
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(535.086)	77.785	90.845	103.905
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(278.882)	41.013	47.572	54.132
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(139.441)	20.506	23.786	27.066
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	167.913	(16.716)	(20.802)	(24.854)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	532.795	(66.311)	(82.741)	(99.116)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	264.859	(36.703)	(45.865)	(55.023)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	137.570	(18.376)	(22.951)	(27.519)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	971.087	(150.473)	(188.361)	(226.352)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	64.159	(5.627)	(6.688)	(7.750)
<b>Total do efeito de ganho ou (perda)</b>				<u>(321.984)</u>	<u>(399.622)</u>	<u>(477.262)</u>

As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	14,13%	17,66%	21,20%
IPC-A <sup>(3)</sup>	9,14%	11,43%	13,72%
TJLP <sup>(4)</sup>	6,50%	8,13%	9,75%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

## Notas Explicativas

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2015, divulgada pela CETIP.
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (4) Refere-se à taxa de 30/09/2015, divulgada pelo BNDES.
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outorga fixa	788.872	977.717	721.850	900.520

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de setembro de 2015, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
2015	76.342	73.900
2016	305.370	286.747
2017	305.370	273.093
2018	101.790	88.110
	<u>788.872</u>	<u>721.850</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 223.000, referente ao direito de outorga fixa, (sendo R\$ 194.345 em caixa e R\$ 28.655 através de encontro de contas financeiros), (R\$ 209.329 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, sendo R\$ 182.892 em caixa e R\$ 26.437 através de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

## Notas Explicativas

### b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 22.121 referente ao direito de outorga variável (R\$ 21.444 no período de nove meses findo em setembro de 2014).

### c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Compromisso de investimento	<u>130.471</u>	<u>156.821</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

### d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

## 21. Demonstração de fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo :

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Fornecedores	905	29.638
Fornecedores - partes relacionadas	<u>6.386</u>	<u>(7.548)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>7.291</u>	<u>22.090</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(7.291)</u>	<u>(22.090)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(7.291)</u>	<u>(22.090)</u>

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho da Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-03

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC n°1 SP 246752/O-6

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

Jundiaí, 26 de outubro de 2015.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

DIRETOR OPERACIONAL

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

Jundiaí, 26 de outubro de 2015.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

DIRETOR OPERACIONAL